

# NEWSLETTER DIGESTO N.º 16/2018

Disponibilização: 13 de agosto de 2018

Período abrangido: 30 de julho a 10 de agosto de 2018



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

## Índice Temático

1. Administração e Políticas Públicas
2. Agricultura
3. Ambiente
4. Direitos, Liberdades e Garantias
  - Cidadãos com Necessidades Especiais
5. Economia
  - Energia
  - Transportes
6. Educação e Ensino Superior
7. Finanças
  - Contribuições e Impostos
  - Finanças Públicas e Orçamento
  - Sistema Financeiro
8. Justiça
  - Decisões e Pareceres
  - Política de Justiça
9. Mar
10. Regiões Autónomas
  - Madeira
11. Saúde

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

## 1. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

## 2. AGRICULTURA

[Portaria n.º 225/2018, de 6 de agosto](#)  
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 118/2018, de 30 de abril, que estabelece o regime de aplicação da operação 3.1.2, «Investimento de jovens agricultores na exploração agrícola», integrada na ação 3.1, «Jovens agricultores», da medida 3, «Valorização da produção agrícola», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

[Decreto-Lei n.º 64/2018, de 7 de agosto](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Consagra o estatuto da agricultura familiar.

## 3. AMBIENTE

[Portaria n.º 221/2018, de 1 de agosto](#)  
(Ambiente)

Estabelece a forma de transmissão e o conteúdo da informação relativa ao autocontrolo da monitorização em contínuo e pontual das emissões de poluentes para o ar, bem como a informação a reportar anualmente.

[Lei n.º 41/2018, de 8 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Aprova o modelo de informação simplificada na fatura da água (primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de julho, que estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada).

#### 4. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e à proteção das características sexuais de cada pessoa.

#### 5. ECONOMIA

- ENERGIA

[Diretiva n.º 13/2018, de 6 de agosto](#)  
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova os perfis de consumo de gás natural e consumos médios diários aprovados pela ERSE para vigorarem no ano gás 2018-2019.

- TRANSPORTES

[Decreto n.º 22/2018, de 30 de julho](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Acordo de Cooperação no Domínio dos Transportes Marítimos e dos Portos entre a República Portuguesa e a República de Moçambique, assinado em Lisboa, em 27 de junho de 2017

[Lei n.º 45/2018, de 10 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica

## 6. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho](#)  
(Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação)

Procede à alteração do Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, que regula as condições de aplicação das medidas de ação social escolar.

[Portaria n.º 223-A/2018, de 3 de agosto](#)  
(Educação)

Procede à regulamentação das ofertas educativas do ensino básico previstas no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

[Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera o Estatuto do Estudante Internacional.

[Portaria n.º 226-A/2018, de 7 de agosto](#)  
(Educação)

Regulamenta os cursos científico-humanísticos, a que se refere a alínea a) do n.º 4 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, que estabelece o currículo dos ensinos básico e secundário e os princípios orientadores da avaliação das aprendizagens.

## 7. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Portaria n.º 226/2018, de 7 de agosto](#)  
(Finanças)

Estabelece a cor e o preço da estampilha especial, aplicável à primeira parte do ano económico de 2019, para os produtos de tabaco cuja produção e importação em território nacional, bem como a sua entrada no referido território, quando provenientes de outro Estado membro, ocorra até 20 de maio de 2019.

[Lei n.º 39/2018, de 8 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Estabelece um prazo mínimo de 120 dias de antecedência para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária e Aduaneira, alterando a Lei Geral Tributária.

[Lei n.º 43/2018, de 9 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

[Lei n.º 37/2018, de 7 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Altera (segunda alteração) a Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, Lei de Enquadramento Orçamental, recalendarizando a produção de efeitos da mesma.

- SISTEMA FINANCEIRO

[Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Código das Associações Mutualistas.

[Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2018, de 9 de agosto](#)  
(Banco de Portugal)

Regulamenta os deveres a observar pelas instituições de crédito relativamente à divulgação das condições legalmente estabelecidas para que as pessoas singulares possam aceder e beneficiar do sistema de acesso aos serviços mínimos bancários, revogando o Aviso do Banco de Portugal n.º 9/2017.



## 8. JUSTIÇA

- DECISÕES E PARECERES

[Acórdão \(extrato\) n.º 333/2018, de 8 de agosto](#)  
(Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma que determina que a recolha de amostras em condenado por crime doloso com pena concreta de prisão igual ou superior a 3 anos, ainda que esta tenha sido substituída, com finalidades de investigação criminal e inserção na base de dados respetiva, é ordenada, mediante despacho do juiz de julgamento, após trânsito em julgado, quando a mesma não foi já realizada, interpretativamente retirada pela decisão do artigo 8.º, n.º 2, da Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, na redação dada pela Lei n.º 40/2013, de 25 de junho.

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Lei n.º 40/2018, de 8 de agosto](#)  
(Assembleia da República)

Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 34/2004, de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais.

[Lei n.º 44/2018, de 9 de setembro](#)  
(Assembleia da República)

Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet (quadragesima sexta alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro)

## 9. MAR

### [Despacho n.º 7279-A/2018, de 31 de julho](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Regula a pesca da sardinha (*Sardina pilchardus*) capturada com a arte de cerco a partir de 1 de agosto.

### [Despacho \(extrato\) n.º 7454-A/2018, de 6 de agosto](#)

(Mar - Gabinete do Secretário de Estado das Pescas)

Estabelece as áreas de interdição, em tempo real, da pesca da sardinha.

## 10. REGIÕES AUTÓNOMAS

- MADEIRA

### [Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M, de 3 de agosto](#)

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Adapta à administração regional autónoma da Madeira a Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e altera o Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2013/M, de 28 de junho, que regulamenta a Bolsa de Emprego Público da Madeira.

### [Decreto Legislativo Regional n.º 12/2018/M, de 6 de agosto](#)

(Região Autónoma da Madeira - Assembleia Legislativa)

Altera (primeira alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2/2018/M, de 9 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma da Madeira para 2018, e define ainda a forma de distribuição de verbas dos jogos sociais atribuídas à Região Autónoma da Madeira.

## 11. SAÚDE

[Decreto-Lei n.º 61/2018, de 3 de agosto](#)  
(Presidência Do Conselho De Ministros)

Cria o regime jurídico dos centros académicos clínicos e dos projetos-piloto de hospitais universitários.

[Regulamento n.º 515/2018, de 7 de agosto](#)  
(Ordem dos Enfermeiros)

Aprova o Regulamento de Competências Específicas do Enfermeiro Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[Digesto@jurisapp.gov.pt](mailto:Digesto@jurisapp.gov.pt)

Muito obrigado pela sua sugestão